



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete do Ministro dos
Assuntos Parlamentares
Professora Doutora Sofia Aureliano

SUA REFERÊNCIA:

N.º: 362
ENT.: 477
PROC. N.º:

SUA COMUNICAÇÃO DE:

10/02/2026

NOSSA REFERÊNCIA:

N.º: 1538/2026
ENT.: 1417/2026
PROC. N.º: 1.12/XXVGov

DATA:

11/03/2026

ASSUNTO Pergunta parlamentar n.º 988/XVII/1.ª (BE), de 10 de fevereiro de 2026
“Fusão da FCT com a ANI na Agência para a Investigação e Inovação (AI²)
e os critérios metodológicos para a definição de áreas científicas
prioritárias”

Na sequência do envio da pergunta parlamentar identificada em epígrafe, formulada pelo Deputado Único Representante do Bloco de Esquerda, encarregame o Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação de transmitir a V. Ex.ª o seguinte:

No âmbito da reforma do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), o Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, estabelece as bases da Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E. (AI²), dotando-a de um modelo de gestão assente num contrato-programa plurianual, com o intuito de conferir ao sistema e aos agentes do SNCTI previsibilidade, estabilidade e uma integração mais eficaz da cadeia de valor do conhecimento, desde a investigação fundamental até à inovação de mercado.

O XXV Governo Constitucional promove uma avaliação estratégica sobre decisões fundamentais inerentes à atividade futura da AI², designadamente a definição dos domínios estratégicos da Agência e a alocação orçamental às áreas de I&D, aos domínios estratégicos e à unidade de promoção da inovação (UPI).

Neste sentido, encontra-se em anexo o documento *Metodologia de avaliação estratégica para a definição das prioridades nacionais de investigação e inovação no âmbito da criação da AP*, apresentado publicamente no dia 24 de fevereiro de 2026 e cuja consulta aborda as questões suscitadas pelo BE.



Neste documento é apresentada a metodologia de avaliação e respetivos objetivos; as âncoras estratégicas do objeto de avaliação; o contexto da avaliação estratégica, incluindo o quadro de referência estratégico (QRE) e o quadro de governança (QG); a estratégia de participação e envolvimento dos atores-chave; o faseamento da metodologia ST4S, a operacionalização, designadamente a governança do projeto, a Comissão de Acompanhamento e detalhes sobre os entregáveis; e o cronograma de atividades. Em anexo ao mesmo, encontra-se ainda a lista de entidades e de individualidades que enviaram contributos à proposta de metodologia, bem como a listagem do QG.

A Metodologia para a Definição das Prioridades Nacionais de Investigação e Inovação prevê um amplo debate nacional, num processo que se pretende mobilizador, aberto e transparente, envolvendo universidades, politécnicos, centros de investigação, empresas, associações científicas e de inovação, a comunidade científica em Portugal e no estrangeiro, entre outras, bem como peritos, especialistas e cidadãos.

Nesse sentido, está prevista a realização de mesas temáticas, conferências descentralizadas, consultas diretas, participação online, uma página de internet dedicada ao tema e uma plataforma de interação, para que o País defina, ao longo dos próximos meses e de forma fundamentada, as suas prioridades de investigação e inovação.

A partir dos contributos recolhidos após a consulta pública de toda a comunidade e da sociedade civil, o Governo irá identificar as áreas estratégicas de aposta nacional. Este debate culminará com a assinatura, no final de 2026, do contrato-programa entre o Governo e a AI², para vigorar durante 5 anos, entre 2027 e 2031.

Importa referir que a nova Agência apoia o desenvolvimento da investigação fundamental e da investigação aplicada e inovação, sem que isso se traduza num desinvestimento na primeira dimensão ou sobreposição entre as duas realidades e respetivos critérios, garantindo, pelo contrário, a existência de instrumentos de financiamento próprios e dedicados, através de uma forma de gestão diferenciada de financiamento, no respeito das prioridades definidas.

Esta salvaguarda concretiza-se na própria estrutura da Agência, organizada em três pilares centrais com unidades orgânicas distintas, precisamente para assegurar abordagens específicas e adequadas às diferentes naturezas, tempos e riscos da



produção de conhecimento e da inovação. Em particular, o Pilar 1 das “Áreas de investigação e desenvolvimento”, dedicado à investigação fundamental, assente na excelência e no mérito científico, com dotação orçamental estável, proveniente de receitas de impostos, constitui um mecanismo explícito de proteção da ciência fundamental, autónomo face a lógicas de impacto económico imediato ou a ciclos de curto prazo. Por seu turno, o Pilar 2 dos “Domínios estratégicos”, ao integrar programas transversais, alinhados com prioridades nacionais, regionais e europeus, organizados em torno de desafios e missões de natureza interdisciplinar, promove impactos sociais, culturais, ambientais e territoriais, sem comprometer a autonomia da investigação fundamental assegurada pelo Pilar 1. O Pilar 3 da “Unidade de promoção da inovação” por sua vez permite enquadrar o apoio à investigação aplicada e à inovação, incluindo o desenvolvimento, aceleração e consolidação de iniciativas resultantes do empreendedorismo de base científica, criando espaço para inovação *bottom-up*, em fases iniciais e de risco elevado, sem subordinação a agendas exclusivamente estratégicas.

Esta organização reflete uma lógica coerente com a arquitetura do Programa-Quadro Horizonte Europa, igualmente estruturado em pilares distintos, com mecanismos diferenciados de apoio à investigação fundamental e à inovação, o que demonstra que o horizonte do contrato-programa e o modelo adotado estão alinhados com as práticas europeias e com a construção de um espaço europeu de investigação e inovação.

Adicionalmente, importa mencionar que, para além de estudos de impacto, será estabelecido um contrato-programa plurianual, com metas vinculativas, monitorização pelo Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) e avaliação externa por um *steering committee* coordenado pela OCDE, que irá monitorizar a implementação da reforma e da criação da AI².

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Ana Menezes Cordeiro

Em anexo: O referido.

Av. Infante Santo, n.º 2, 6.º andar
1350-178 Lisboa
gabinete.meci@meci.gov.pt
+351 217 811 600
portugal.gov.pt

Metodologia de avaliação estratégica para a definição das prioridades nacionais de investigação e inovação no âmbito da criação da AI²

Fevereiro 2026



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**ECONOMIA E COESÃO
TERRITORIAL**



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Índice

GLOSSÁRIO.....	1
1. ENQUADRAMENTO, OBJETO DE AVALIAÇÃO E PROBLEMA DE DECISÃO	3
2. APRESENTAÇÃO E OBJETIVO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO.....	5
2.1. Apresentação e objetivos da metodologia.....	5
3. ÂNCORAS ESTRATÉGICAS DO OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	9
4. CONTEXTO DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	13
4.1. Quadro de referência estratégico (QRE).....	13
4.2. Quadro de governança (QG)	13
5. ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS ATORES-CHAVE	16
5.1. Objetivos, princípios norteadores e métodos de participação e envolvimento	16
5.2. Metodologia de participação e envolvimento.....	18
6. FASEAMENTO DA METODOLOGIA ST4S	23
6.1. Focagem estratégica.....	23
6.2. Identificação de Opções Estratégicas	26
6.3. Avaliação de oportunidades e riscos de Opções estratégicas	27
6.4. Plano de monitorização e avaliação ex-post	28
7. OPERACIONALIZAÇÃO	31
7.1. Governança do projeto	31
7.2. Comissão de Acompanhamento	31
7.3. Entregáveis	32
8. CRONOGRAMA	33
ANEXO 1 – LISTA DE ENTIDADES/INDIVIDUALIDADES QUE ENVIARAM CONTRIBUTOS À PROPOSTA DE METODOLOGIA.....	35
ANEXO 2 – QUADRO DE GOVERNANÇA - LISTAGEM	37
REFERÊNCIAS.....	40

Glossário

Neste processo de avaliação estratégica, entende-se por:

Áreas de I&D – categorias que organizam a investigação científica e tecnológica, seguindo a Classificação Internacional FORD (Fields of Research and Development), utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para agrupar a investigação em áreas científicas comparáveis a nível internacional (ciências exatas e naturais, ciências de engenharia e tecnologia, ciências médicas e da saúde, ciências agrárias e veterinárias, ciências sociais, humanidades e artes).

Domínios Estratégicos – eixos estratégicos que refletem prioridades para a competitividade e resiliência nacionais; possuem uma arquitetura ampla e flexível que lhes permite responder a mudanças de contexto, novos desafios e prioridades. Podem, igualmente, integrar subdomínios específicos, que abrangem desafios científicos, tecnológicos, económicos ou sociais, sujeitos a avaliação periódica, assegurando a sua relevância interdisciplinar.

Unidade de promoção da inovação (UPI) – unidade orgânica da Agência para a Investigação e Inovação (AI²) dedicada à promoção da inovação e ao financiamento de projetos de inovação de natureza criativa, sem prejuízo de poderem existir programas específicos para temas direcionados.

Âncoras estratégicas – designam-se por âncoras estratégicas na metodologia ST4S (Partidário, 2021)¹ os elementos fixados como pontos de amarração num processo dinâmico e não linear, garantindo o alinhamento com os objetivos fixados. São âncoras estratégicas a visão, o objetivo, os princípios e os pilares estratégicos. Assim, as âncoras estratégicas devem ser genericamente aceites por todos os atores envolvidos.

Temas-chave – os temas-chave decorrem do objeto de avaliação e do problema de decisão e definem a fronteira da avaliação, sendo identificados com base num processo de co-construção. São temas estruturantes do problema de decisão, revelando um perímetro de preocupações. Contribuem para a identificação dos Fatores Críticos para a Decisão.

¹ Partidário, M. R. (2021). Strategic thinking for sustainability (ST4S) in strategic environmental assessment. In Handbook on strategic environmental assessment (pp. 41-57). Edward Elgar Publishing.

Fatores Críticos para a Decisão (FCD) – temas que expressam uma integração estratégica de diferentes prioridades, e constituem-se como pontos de alavancagem relevantes. Os FCD resultam de um exercício de priorização de natureza qualitativa que tem por base métodos participativos que asseguram a conjugação de perspetivas e a co-construção criativa. Os critérios de avaliação definem o âmbito de cada FCD. Os indicadores são a métrica da avaliação. O seu conjunto cria o quadro de avaliação estratégica que será usado na avaliação das oportunidades e riscos de opções estratégicas.

Opções estratégicas – caminhos ou rotas alternativas, com alcance de longo prazo, que podem contribuir para alcançar a visão e os objetivos preconizados, bem como para a resolução do problema de decisão.

1. Enquadramento, Objeto de Avaliação e Problema de Decisão

No âmbito da reforma do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), o Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, estabelece as bases da Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E. (AI²), dotando-a de um estatuto de Entidade Pública Empresarial (E.P.E.) e de um modelo de gestão assente num contrato-programa plurianual, com o intuito de conferir ao sistema e aos agentes do SNCTI, previsibilidade, estabilidade e uma integração mais eficaz da cadeia de valor do conhecimento, desde a investigação fundamental até à inovação de mercado.

A AI² tem como missão principal o desenvolvimento de ações destinadas a promover, a financiar e a avaliar a ciência, a investigação, a valorização do conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em todas as suas dimensões, incluindo a empresarial de base científica e tecnológica em Portugal. Para isso deve estimular a promoção, o desenvolvimento e a avaliação de ações e atividades de investigação fundamental, de investigação aplicada, de valorização do conhecimento e de desenvolvimento tecnológico e inovação, garantindo a transformação do investimento científico em valor económico e social, de acordo com o estabelecido no contrato-programa plurianual e na carta de missão.

A AI² organiza-se em: i) áreas de investigação e desenvolvimento (I&D), classificadas de acordo com a classificação internacional FORD; ii) domínios estratégicos; iii) unidade de promoção da inovação (UPI). Cada área de I&D constitui uma unidade orgânica. As competências relativas aos domínios estratégicos são asseguradas por unidades orgânicas. Os domínios estratégicos têm uma natureza transversal e podem integrar sub-domínios estratégicos específicos. A UPI, referida em iii, corresponde a uma unidade orgânica dedicada à promoção da inovação e ao financiamento de projetos de inovação de natureza criativa, sem prejuízo de poderem integrar programas com temas específicos.

O XXV Governo Constitucional promove uma avaliação estratégica sobre decisões fundamentais inerentes à atividade futura da AI² que são **o objeto desta avaliação estratégica**, designadamente:

- Alocação orçamental às áreas de I&D, aos domínios estratégicos e à UPI.
- Definição dos domínios estratégicos da AI², que podem incluir subdomínios específicos.

A avaliação estratégica servirá para identificar as opções estratégicas para lidar com estas questões, e avaliar as vantagens e desvantagens (oportunidades e riscos) das diferentes opções que se identificarem. O resultado servirá de base à decisão e, subsequentemente, à elaboração do contrato-programa plurianual da AI². Concretamente, a avaliação estratégica procura apoiar a decisão em relação aos seguintes **problemas de decisão**:

1. Que percentagem do orçamento deverá ser alocada às áreas de I&D, aos domínios estratégicos e à UPI?
2. Quantos e quais os domínios estratégicos que deverão fazer parte do contrato-programa a assinar entre o Governo e a AI²?
3. Como deverá ser feita a alocação orçamental entre os domínios estratégicos?
4. Como deverá ser feita a alocação orçamental entre as áreas de I&D?

Este documento apresenta uma metodologia para essa avaliação estratégica, que foi objeto de duas rondas de contributos por entidades do SNCTI, identificadas no anexo 1. A metodologia final foi apresentada no dia 24 de fevereiro de 2026, em sessão pública, que marcou também o início da discussão pública aberta a todos os *stakeholders* e à comunidade de I&I.

Todos os contributos recebidos das diferentes entidades e individualidades foram revistos e considerados. Alguns dos contributos, não sendo específicos da metodologia, virão a ser integrados no decorrer da avaliação estratégica porque à mesma dizem respeito.

Este documento apresenta de seguida a terminologia, enquadramento e objetivo da metodologia de avaliação estratégica, prosseguindo com a apresentação de componentes chave da metodologia, como as âncoras estratégicas e o contexto da avaliação, a estratégia de participação e envolvimento dos atores chave, logo seguido do faseamento da avaliação e finalmente a operacionalização e o cronograma de execução.

2. Apresentação e objetivo da metodologia de avaliação

2.1. Apresentação e objetivos da metodologia

A metodologia de avaliação com pensamento estratégico (ST4S - *Strategic Thinking for Sustainability* – ver Figura 1) (Partidário, 2021)² é adotada para apoiar a decisão sobre a definição das prioridades nacionais em ciência e inovação, no âmbito da criação da AI². Para efeitos desta avaliação, sustentabilidade abrange de forma integrada as dimensões científica, económica, social e competitiva, valorizando a capacidade nacional de transformar conhecimento em impacto, sem comprometer a liberdade e a excelência da investigação fundamental. O artigo 4.º dos Estatutos da AI², aprovados em anexo ao Decreto-Lei nº 132/2025, de 24 de dezembro, determina que o seu orçamento deve contemplar investigação fundamental (*curiosity driven*) nas áreas de I&D, domínios estratégicos e UPI.

A metodologia de avaliação estratégica baseia-se em abordagens sistémicas e de *backcasting*³. Na metodologia *backcasting*, como preconiza a metodologia ST4S, define-se primeiro, com participação de atores, uma visão e objetivos sobre um futuro que se pretende alcançar e só depois se desenvolvem estratégias e agendas sobre como se quer chegar a esse futuro (Vergragt and Quist, 2011).

Originalmente concebida para ser usada em processos de avaliação ambiental estratégica, a metodologia ST4S aplica-se a qualquer nível e tipos de decisão estratégica. No caso presente, a avaliação estratégica tem como objetivo identificar as prioridades nacionais, e a alocação do investimento em investigação e inovação. Esta avaliação é realizada no quadro de âncoras e do contexto estratégico definidos, como adiante se detalha, bem como no quadro de um processo de ampla participação pública.

A metodologia ST4S (Figura 1) estrutura-se em 3 fases com objetivos distintos:

² Partidário, M. R. (2021). Strategic thinking for sustainability (ST4S) in strategic environmental assessment. In Handbook on strategic environmental assessment (pp. 41-57). Edward Elgar Publishing.

³ Backcasting can be defined as “generating a desirable future, and then looking backwards from that future to the present in order to strategize and to plan how it could be achieved (Vergragt and Quist, 2011: 747).

1ª fase: Focagem

Objetivos: priorizar o que é relevante avaliar e como avaliar, estabelecendo um quadro de avaliação estratégica, onde as grandes prioridades se vão expressar nos Fatores Críticos para a Decisão (FCD). Tratando-se de uma avaliação estratégica, é essencial que todo o exercício comece por uma focagem no que é prioritário para os atores em presença, face às condições de contexto.

2ª fase: Avaliar as oportunidades e riscos das opções estratégicas como caminhos para a sustentabilidade

Objetivos: identificar as opções estratégicas e avaliar a(s) que melhor contribui(em) para se atingir os objetivos, a visão e responder ao problema de decisão. A melhor opção estratégica é a que tiver mais oportunidades e menos riscos, de acordo com os FCD definidos na 1ª fase. Uma avaliação é uma escolha entre opções estratégicas alternativas, baseada nos riscos e nas oportunidades expectáveis, de acordo com um conjunto de FCD e critérios de avaliação que resultam de um processo de diálogo alargado.

3ª fase (contínua): Diálogos contínuos

Objetivos: assegurar diálogos contínuos entre atores relevantes, entre processos de avaliação *ex-ante* e de decisão e entre avaliação *ex-post* e implementação, incluindo monitorização. O diálogo é o termo genérico que se refere a manter a atenção e um processo de aprendizagem, e de reconhecimento de diferentes perspetivas, em qualquer momento do processo de avaliação *ex-ante* e *ex-post*.



Figura 1 – Conceito da metodologia ST4S

Em síntese, a metodologia ST4S caracteriza-se por centrar a avaliação em **Fatores Críticos para a Decisão**, que asseguram a focagem estratégica na avaliação das oportunidades e dos riscos de opções estratégicas e em diálogos que cruzam perspetivas ao longo de todo o processo de avaliação. **Nesse sentido, a avaliação estratégica é conduzida no quadro de diálogos temáticos e de uma ampla participação pública ativa.** O seu resultado assenta na formulação de recomendações em função da avaliação das opções estratégicas e das perspetivas que contribuíram para a avaliação, estabelecendo um programa de monitorização e de avaliação *ex-post*.

A metodologia de avaliação estratégica exige o reconhecimento de **âncoras estratégicas** do objeto de avaliação e de **condições de contexto** da avaliação estratégica, que são inicialmente propostas nesta metodologia e estão a ser objeto de discussão e afinação.

A avaliação estratégica recorre ao envolvimento pericial, de atores relevantes e à participação pública ativa, assegurando perspetivas plurais ao longo de todo o processo de avaliação, sendo acompanhada por uma **Comissão de Acompanhamento**.

Face à natureza participativa da metodologia, constitui-se assim uma abordagem *bottom-up*, em co-criação, para a alocação orçamental das áreas de I&D, dos domínios estratégicos e a sua formação, e da UPI, e finalmente do contrato-programa. Ou seja, trata-se de um processo híbrido de abordagens ***bottom-up, em co-criação***, e de abordagem ***top-down, enquanto decisão final***.

Assim genericamente definida, a metodologia adapta-se ao objeto de avaliação e aos processos e contextos inerentes. Neste caso, a metodologia vai enquadrar estrategicamente a decisão final sobre a alocação orçamental e a seleção de domínios estratégicos, apoiando a decisão com evidência, enfoque estratégico no longo prazo, estruturação de opções estratégicas, cenários e recomendações sólidas justificadas pela avaliação plural realizada.

As secções seguintes detalham as âncoras estratégicas do objeto de avaliação, as condições de contexto da avaliação, a estratégia de participação e de envolvimento de atores, outras componentes da metodologia, bem como o faseamento e calendarização da avaliação e a sua operacionalização.

3. Âncoras estratégicas do objeto de avaliação

As **âncoras estratégicas incluem** o objetivo estratégico, uma visão de futuro, princípios e pilares estratégicos, que devem ser genericamente aceites pelos agentes para assegurar o sucesso deste exercício participativo.

É **Objetivo Estratégico** na alocação orçamental da AI² e na definição de domínios estratégicos nacionais promover o valor intrínseco da investigação fundamental e aplicada como base do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, e do empreendedorismo de base científica e tecnológica, e reforçar a ligação entre a geração de conhecimento, o desenvolvimento tecnológico, a inovação empresarial e a sua transformação em valor económico, social, cultural e ambiental, em todas as regiões do território nacional.

Pretende-se assim posicionar Portugal como um país de vanguarda científica e tecnológica, competitivo à escala europeia e global na excelência da investigação, produção científica, atração e retenção de talento, inovação, e alinhado com as prioridades regionais, nacionais e europeias.

Enuncia-se uma **Visão** para 2050 que se ambiciona venha a ser partilhada por todos os agentes ativos deste processo, e que orientará a avaliação das opções estratégicas.

Visão para 2050

Portugal afirma-se como um país que cria talento e conhecimento e os transforma em valor económico, social, cultural e ambiental, com um sistema de investigação e de inovação dinâmico, interligado em redes nacionais e internacionais, competitivo e orientado para a excelência, que conjuga um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, reforçando a sua posição na Europa e no mundo.

Neste processo de avaliação adotam-se seis **Princípios estratégicos** sobre a alocação de recursos e a definição dos domínios estratégicos:

- **Excelência, mérito e impacto:** As decisões de financiamento priorizam excelência e mérito científico, e potencial de impacto que terão no futuro em diferentes escalas temporais e em múltiplas vertentes da sociedade.
- **Alinhamento nacional e regional:** A alocação de recursos e a definição dos domínios estratégicos devem contribuir para as prioridades regionais e nacionais de investigação, tecnologia e inovação.
- **Alinhamento internacional:** Ambicionar coerência com prioridades e instrumentos estratégicos europeus e internacionais.
- **Transparência e participação:** Refletir e discutir amplamente todo o processo de avaliação, incluindo a metodologia, os FCD e critérios de avaliação, o processo de envolvimento, os resultados de auscultação, a definição, as justificações e a avaliação das opções estratégicas, documentado e disponibilizado abertamente, envolvendo as universidades, os institutos politécnicos e outras entidades do sistema de investigação, tecnologia e inovação.
- **Coerência, complementaridade e eficiência:** Assegurar que os instrumentos de financiamento operam de forma integrada no sistema nacional de investigação e inovação, cobrindo toda a cadeia de valor e as múltiplas trajetórias – não necessariamente lineares – entre investigação fundamental, investigação aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação, com articulação e reforço mútuo entre programas e instrumentos, promovendo ciclos contínuos de aprendizagem, monitorização, previsibilidade plurianual, orientação por impacto, simplificação e redução de burocracia.
- **Responsabilidade e avaliação contínua:** Implementar sistemas de monitorização e avaliação independentes, com métricas objetivas, comparabilidade internacional e prestação de contas.

Neste processo de avaliação estratégica são seis os **Pilares estratégicos:**

- **Orçamento plurianual estável e previsível:** Financiamento plurianual para projetos de investigação fundamental e de investigação aplicada em todos os domínios científicos,

educação doutoral e avançada, emprego científico, carreiras científicas e de gestão de ciência, instituições e infraestruturas científicas e tecnológicas, garantindo continuidade, previsibilidade, excelência científica e condições de competitividade internacional.

- **Investigação fundamental:** Livre de temas pré-definidos e orientada pela curiosidade, criatividade e excelência científica (*bottom-up*), a investigação fundamental constitui a base do conhecimento científico e alimenta a inovação disruptiva, permitindo avanços tecnológicos e sociais.
- **Prioridades (*top down*) no planeamento de médio e longo prazo:** Financiamento orientado para prioridades estratégicas nacionais, alinhadas com agendas europeias e globais e com ligação às estratégias de desenvolvimento nacional e regional, promotoras de abordagens interdisciplinares, convergentes e transdisciplinares e orientado por programas que combinam investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- **Ligação entre investigação e inovação:** Apoio ao desenvolvimento, aceleração e consolidação de iniciativas e empresas de base científica e tecnológica, com instrumentos orientados a resultados, incluindo projetos colaborativos entre universidades, centros de investigação, estruturas de interface, empresas e entidades públicas, reforçando a capacidade de valorização social e de valorização económica do conhecimento.
- **Infraestruturas científicas e tecnológicas:** Planeamento e financiamento integrados de infraestruturas essenciais e estratégicas, físicas e digitais, para investigação fundamental e aplicada e para a inovação, garantindo interoperabilidade, modernização, sustentabilidade e acesso equitativo.
- **Emprego científico e qualificação:** Reforço sustentável dos recursos humanos em investigação e inovação em todo o SNCTI, assegurando carreiras estáveis e atrativas, desenvolvimento de competências avançadas, mobilidade e retenção de talento.



Figura 2 – Pilares estratégicos

4. Contexto da avaliação estratégica

As condições de contexto são definidas pelo quadro de referência estratégico, isto é, pelo conjunto de macropolíticas que estabelecem orientações de longo prazo e **pelo quadro de governança** que inclui todos os agentes que são estrategicamente relevantes na avaliação do objeto identificado, definindo as suas responsabilidades, conflitos e sinergias de interesse.

4.1. Quadro de referência estratégico (QRE)

Na metodologia ST4S, a avaliação deve reconhecer o contexto em que se realiza. O QRE é a ferramenta na metodologia que reúne os objetivos e as metas das macropolíticas que conferem orientação estratégica para a avaliação. No caso presente trata-se de **macropolíticas para a investigação, tecnologia e inovação, cujos objetivos e metas estabelecem o contexto da avaliação estratégica e que servem de referencial macro para identificar as oportunidades e os riscos das opções estratégicas na avaliação da alocação orçamental da AI² e da definição dos domínios estratégicos e**, funcionando de forma complementar e coerente com os contributos resultantes da participação pública nos processos *bottom-up*.

Para a definição do QRE, e em linha com os princípios estratégicos de alinhamento nacional, regional e internacional, são identificados e analisados os principais instrumentos de planeamento estratégico aprovados pelo Governo ou documentos estratégicos na área da investigação, tecnologia e inovação, bem como os instrumentos europeus e internacionais, que refletem prioridades de investigação, tecnologia e inovação (ex.: Estratégias Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente - RIS3; Estratégias nacionais para vários domínios; Quadros Financeiros Plurianuais Europeus para as áreas da investigação e inovação; Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável).

4.2. Quadro de governança (QG)

Na metodologia ST4S, o contexto da avaliação estratégica exige o reconhecimento dos atores-chave, das suas responsabilidades e níveis de interação, das sinergias e conflitos, das

sobreposições e vazios de poder. O QG é a ferramenta que gera o mapeamento relacional de atores-chave com relevância para a avaliação estratégica da alocação orçamental das áreas de I&D, dos domínios estratégicos nacionais em investigação, tecnologia e inovação e respetiva definição e da UPI. A relevância dos atores-chave é identificada em função dos temas-chave da avaliação estratégica. Nesta fase preliminar, são identificadas as categorias de agentes constantes no quadro seguinte (com a correspondente listagem desagregada no anexo 2), e a sua relação com os temas-chave. Este quadro não identifica apenas interesse e relevância dos temas para os atores; em vez disso, deve identificar efetivas responsabilidades e competências dos atores em relação aos temas-chave. Este quadro será trabalhado em fase subsequente.

Quadro 1 – Quadro de Governança

Categorias de agentes	Temas-chave					
	Desafios sociais e necessidades I&I	Governança e ecossistema de I&I	Modelo e fontes de financiamento	Relação entre investigação e inovação	Áreas de I&D	Infraestruturas e emprego científico e tecnológico
	Áreas de competência e responsabilidade					
Governo da República Portuguesa	X	X	X			X
Governos das Regiões Autónomas	X	X	X			X
Entidades da Administração Pública	X	X	X	X	X	X
Setor empresarial do Estado	X	X	X	X	X	X
Coordenação regional e poder local	X		X			X
Ensino Superior	X	X	X	X	X	X



Outras entidades Científicas e Acadêmicas do SNCTI	X	X	X	X	X	X
Estruturas de Interface e Transferência do SNCTI	X	X	X	X	X	X
Estruturas de Empreendedorismo e Mercado	X	X	X	X	X	X
Entidades representativas nacionais	X	X	X	X	X	X
Outras entidades científicas	X	X	X	X	X	X
Comunidade internacional	X	X	X	X	X	X
Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho	X	X	X	X	X	X
Cidadãos e sociedade civil organizada	X					

5. Estratégia de Participação e Envolvimento dos atores-chave

Na metodologia ST4S a estratégia de participação e envolvimento decorre ao longo de todo o processo e envolve diversos tipos de atividades de informação e diálogos que se definem em função do mapa de atores a envolver, bem como dos objetivos de envolvimento.

Nesta estratégia, merece destaque a constituição de uma Comissão de Acompanhamento, composta por investigadores e empreendedores de reconhecido mérito, bem como a auscultação e envolvimento de diversos atores-chave para o ecossistema de investigação e inovação, já identificados no quadro de governança (secção 5.2).

A estratégia de participação e envolvimento inclui as seguintes contribuições:

- Website em permanência durante a avaliação.
- Plataforma de participação interativa em permanência durante a avaliação.
- Reuniões com entidades identificadas no Quadro de Governança.
- Mesas Temáticas.
- Workshops descentralizados.
- Conferências.
- Iniciativas *bottom-up*, promovidas por agentes do SNCTI.

5.1. Objetivos, princípios norteadores e métodos de participação e envolvimento

A avaliação estratégica promove a participação e o envolvimento de atores-chave, assegurando que a informação é acessível e que todas as perspetivas relevantes sobre a alocação orçamental e a definição de domínios estratégicos nacionais em investigação, tecnologia e inovação são ouvidas, cruzadas e consideradas de forma coerente com as âncoras estratégicas enunciadas: objetivo, visão, princípios e pilares estratégicos.

A nível estratégico e em processos de co-criação, a interação gera-se em relação a questões amplas e de longo prazo, intenções, princípios e formulações com relativo pouco detalhe. A prática demonstra que o resultado do cruzamento de diferentes perspetivas é enriquecedor da pluralidade pretendida e da aceitabilidade por parte de distintos atores, justamente porque as diferentes perspetivas são ouvidas e consideradas, segundo o princípio de inclusão. Nos casos em que posições se extremam, existem técnicas participativas para gerir posicionamentos e encontrar uma terceira via através do diálogo construtivo, sempre liderado por prioridades.

Como princípios norteadores da participação e envolvimento destacam-se:

- Partilha de informação transparente envolvendo os grupos de atores-chave.
- Cobertura nacional, incluindo Regiões Autónomas.
- Combinação de sessões abertas e por convite, garantindo equilíbrio entre grupos de atores-chave e regiões.
- Divulgação do processo e dos resultados em portais oficiais, redes sociais e imprensa, bem como no sítio do PLANAPP e na plataforma do projeto.
- Gestão de expectativas e *feedback* aos participantes.

Os métodos de participação e envolvimento incluem um website que estará operacional em permanência e acessível, em língua portuguesa e inglesa, a todos os cidadãos interessados; uma **plataforma participativa interativa** que promove diálogos, criatividade e aprendizagem contínua entre os participantes; **mesas temáticas**, orientadas por temas relevantes para a alocação orçamental da AI² e a definição dos domínios estratégicos, para as quais será necessário definir facilitadores, relatores e participantes; **reuniões com entidades estratégicas**, para recolha de contributos qualificados e fundamentados; **conferências e workshops descentralizados** em colaboração com as CCDR e as Regiões Autónomas; **outras iniciativas de diálogos dinamizados pelas próprias entidades do SNCTI**.

5.2. Metodologia de participação e envolvimento

O processo de envolvimento e discussão pública garante a participação ampla e efetiva da comunidade académica, sistema científico e tecnológico, setor empresarial, administração pública, redes colaborativas e sociedade civil, de forma estruturada, com documentação pública e elevada transparência.

Detalham-se de seguida os métodos de participação e envolvimento que constituem o processo de participação ativa nesta avaliação estratégica.

i. Participação pública online

Objetivo	Permitir um acesso aberto a todos os públicos, independentemente do seu grau de envolvimento direto nos temas em discussão
Formato e prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Online: plataforma interativa que permite o acesso aberto ao longo de todo o processo com informações sucessivas e permitindo um processo de aprendizagem e construção com base nos diálogos online que se formam, garantindo acessibilidade digital e linguagem clara para todos os públicos • Plataforma: Consider.iT • Prazo mínimo proposto: contínuo a partir da 1ª conferência de 24 de fevereiro
Divulgação	<p>Acesso divulgado em portais oficiais, redes sociais, newsletters e imprensa, e enviado por email a públicos específicos, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade académica e científica • Instituições científicas e tecnológicas • Empresas, setor privado e associações empresariais, estruturas de empreendedorismo • Organizações da sociedade civil e redes colaborativas

	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade portuguesa na diáspora • Media
N.º mínimo de atividades e metas	<ul style="list-style-type: none"> • Definir sucessão de inputs online • Meta de pelo menos 100 contributos recebidos

ii. Mesas temáticas

Objetivo	Explorar em profundidade temas críticos, identificar consensos e divergências, recolher propostas concretas
Constituição de grupos	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção de participantes representativos dos universos a consultar (comunidade académica, sistema científico e tecnológico, setor empresarial, administração pública e sociedade civil) • Grupos mistos para garantir diversidade de perspetivas
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Definir o tema e uma agenda para cada mesa temática • Identificar facilitadores e relatores para cada mesa temática, em função do tema – facilitadores devem ser identificados de entre os atores fundamentais • Identificar 10-20 participantes por mesa temática • Utilização de técnicas participativas (a definir) • Registo sistemático dos contributos por relatores • Preparação de relatórios dos pontos principais a serem partilhados online • Formato online/presencial/híbrido a definir em função da abrangência

<p>Proposta de atores-chave por grupo/sessão</p>	<ul style="list-style-type: none">• Administração pública (ex.: AI², AD&C, IAPMEI, AICEP, CCDR, BPF)• Instituições de ensino superior (ex.: CCISP, CRUP e APESP) e unidades de I&D, infraestruturas científicas e tecnológicas e estruturas de interface e transferência do conhecimento.• Redes colaborativas (ex.: CLA, Fórum CoLABs, CTI Alliance, Fórum dos Conselhos científicos dos Laboratórios do Estado, consórcios, etc.)• Empresas inovadoras, startups, incubadoras, aceleradoras, plataformas de coinvestimento, clusters e associações empresariais (ex.: CIP, COTEC, Startup Portugal, TecParques, Portugal Ventures, Venture Studios)• Organizações da sociedade civil relevantes (ex.: associações científicas, ONG)• Grupos profissionais específicos (ex.: investigadores doutorados, bolseiros, gestores de ciência, empreendedores, sindicatos)• Comunidade científica internacional (ex.: investigadores portugueses no estrangeiro, PARSUK, PAPS, SPOT Nordic e outros)• Peritos internacionais convidados
<p>N.º mínimo de atividades e metas</p>	<ul style="list-style-type: none">• Duas a três reuniões, em função da agenda temática de cada mesa• Registo de contributos para a avaliação de opções, oportunidades e riscos, da alocação orçamental e dos domínios estratégicos

iii. Reuniões com entidades

Objetivo	Recolher perspetivas e contributos de entidades estratégicas
Proposta de atores-chave a envolver	Entidades identificadas a partir da listagem no anexo 2
N.º mínimo de atividades e metas	Pelo menos oito reuniões online

iv. Sessões abertas (conferências e workshops descentralizados)

Objetivo	Apresentar o processo, esclarecer dúvidas e recolher contributos em tempo real
Formato	Sessões públicas (presenciais ou online): Conferências e workshops públicos, podendo ser gravados e disponibilizados online
Proposta de Atores-chave a envolver	<ul style="list-style-type: none"> • Público em geral • Áreas governativas e entidades da administração pública • ANMP, CIM, CCDR, Regiões Autónomas • Comunidade académica e científica • Empresas, setor privado e associações empresariais • Organizações da sociedade civil e redes colaborativas • Media e jornalistas especializados
N.º mínimo de atividades e	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo 13 iniciativas: uma conferência em fevereiro para apresentação, cinco workshops em maio para abordar a focagem estratégica, cinco workshops em junho-julho para definir e discutir opções estratégicas e respetiva avaliação de oportunidades e



metas

riscos, uma apresentação preliminar de resultados (em outubro), e uma conferência final (em novembro/dezembro)

- Encontro Ciência e Inovação 2026 (junho-julho)
 - Uma sessão em cada região NUTSII do continente, em articulação com as CCDR, e nas Regiões Autónomas
 - Registo de participantes e recolha de perguntas/contributos em cada sessão
-

6. Faseamento da metodologia ST4S

A metodologia estrutura-se em quatro fases:

1. Focagem estratégica
2. Identificação de Opções estratégicas
3. Avaliação das Oportunidades e Riscos das Opções Estratégicas
4. Plano de monitorização e avaliação *ex-post*

A participação ativa de atores relevantes é conduzida ao longo de todo o processo, segundo diversas tipologias de envolvimento discriminadas no ponto 6. As atividades específicas em cada uma das quatro fases da metodologia são detalhadas de seguida; estão representadas nas figuras 3 a 6, e a sua programação consta do Quadro 2 (cronograma de atividades).

6.1. Focagem estratégica

A focagem estratégica consiste no estabelecimento sucessivo de prioridades de forma participada, considerando múltiplos valores e perspetivas. Como referido, o objetivo desta fase é **priorizar o que é relevante avaliar e como avaliar** de forma sistémica e integrada, estabelecendo um quadro de avaliação estratégica onde as grandes prioridades se vão sintetizar nos FCD. Tem como ponto de partida as âncoras estratégicas (visão, objetivo estratégico, princípios e pilares estratégicos) já apresentadas no ponto 4 e como ponto de chegada **o Quadro de avaliação estratégica** como ferramenta de avaliação, incluindo os **FCD, os critérios de avaliação e os indicadores** (Figura 3).

A definição e estruturação do quadro de avaliação estratégica é um exercício de priorização estratégica com uma abordagem *backcasting*. Parte de uma visão coletivamente estabelecida, apoiada em objetivos, princípios e pilares (âncoras estratégicas), define os temas-chave num diagnóstico estratégico e reconhece as condições de contexto (o quadro de referência estratégico, com as políticas macro, os seus objetivos e metas, e o quadro de governança).

Âncoras estratégicas: No ponto 4 define-se uma visão de futuro, objetivo estratégico,

princípios e pilares estratégicos, que devem ser validados pela comunidade participante, já que são o ponto de partida de todo o exercício estratégico, pelo que devem ser aceites e reconhecidos ao longo de toda a avaliação.

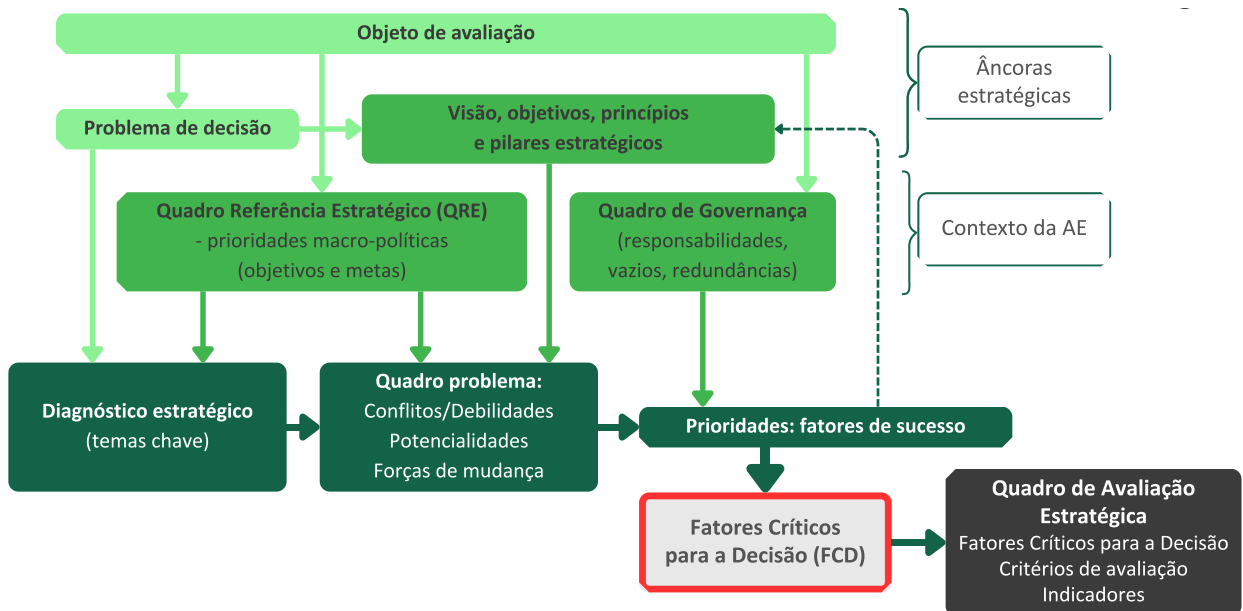


Figura 3 - 1ª fase – Focagem estratégica – sequência de atividades

Temas-chave: Os temas-chave estabelecem as fronteiras da avaliação estratégica e refletem os temas de preocupação fundamental da comunidade participante, face ao objeto de avaliação e problema de decisão. Depois de duas rondas de auscultação da comunidade, apresentam-se os seguintes temas-chave revistos:

- Desafios sociais e necessidades de investigação e inovação.
- Governança e ecossistema de investigação e inovação.
- Modelo e fontes de financiamento.
- Relação entre investigação e inovação.
- Áreas de I&D.
- Infraestruturas e emprego científico e tecnológico.

Os temas-chave são fundamentais no diagnóstico estratégico, que será sintetizado num quadro problema, onde se distinguem as potencialidades, as fragilidades e as forças de mudança a considerar na avaliação estratégica. Uma análise pericial, sistémica e integrada, do quadro problema busca as causas raiz dos problemas e assim as prioridades estratégicas em cada tema chave, derivando na identificação dos FCD, critérios de avaliação e indicadores. **Tendo em vista contribuir para este exercício de avaliação estratégica, foi desenvolvido um estudo de diagnóstico quantitativo de situação de referência do sistema científico, tecnológico e de inovação, integrando um conjunto de indicadores relevantes por cada tema-chave.** Este estudo foi desenvolvido por um grupo de trabalho coordenado pelo Professor Eugénio Campos Ferreira.

Quadro de avaliação estratégica: Tendo por base o quadro problema, um workshop de focagem permite cruzar valores e perspetivas, consolidando prioridades e co-construindo um quadro de avaliação estratégica, estruturado em FCD, critérios de avaliação (que definem o âmbito dos FCD) e indicadores (que conferem uma métrica à avaliação).

Peça central no quadro de avaliação estratégica, os FCD são identificados por um processo misto *bottom-up* e *top-down*, já que decorrem do seguinte:

- Diagnóstico quantitativo de situação de referência (AS-IS).
- Discussões nas mesas temáticas, a terem lugar durante os meses de março e abril.
- Processo participativo online contínuo.
- Conjunto de cinco workshops de focagem previstos para maio, a terem lugar em cinco localidades distintas do país, de forma descentralizada.

Os FCD são identificados por processos de síntese e priorização conduzidos de forma coletiva num processo *bottom-up* e tecnicamente trabalhado pela equipa da avaliação estratégica, sendo o resultado subseqüentemente disponibilizado publicamente e discutido antes da sua utilização na avaliação de opções estratégicas.

Todo o processo de focagem decorre assim do processo contínuo de participação pública, das preocupações e prioridades apontadas, em sessões dedicadas com entidades, em reuniões das mesas temáticas, e através de participação online.

Do ponto de vista de métodos utilizados, sempre que possível é desejável apoiar o exercício de focagem numa análise sistémica de diagramas causais, que não gera automaticamente, mas permite uma interpretação sistémica das interdependências entre as diferentes variáveis do sistema, facilitando a identificação dos FCD.

6.2. Identificação de Opções Estratégicas

Nesta fase identificam-se as opções em relação ao objeto de avaliação, para poder dar resposta ao problema de decisão. Ou seja, vão identificar-se (Figura 4):

- Opções para a alocação orçamental entre áreas de I&D, domínios estratégicos e UPI.
- Opções para a alocação orçamental entre áreas de I&D.
- Opções para a definição dos domínios estratégicos da AI² e respetiva alocação orçamental, podendo incluir subdomínios específicos.
- Opções para a alocação orçamental da UPI.

Frequentemente as opções começam a formular-se ao discutir os temas-chave e o quadro problema, sobretudo quando essa discussão é conduzida com participação ativa.

As opções estratégicas devem igualmente protagonizar um exercício de priorização. As diferentes perspetivas sobre os problemas refletem-se igualmente na busca das formas de solucionar o problema de decisão. Daí que as opções devam ser identificadas também como prioridades estratégicas e refletir as múltiplas perspetivas dos agentes relevantes, nomeadamente nas mesas temáticas.

As opções estratégicas serão sistematizadas e definidas num workshop *back-to-back* com a sua avaliação, que deverá decorrer no final de junho-início de julho.

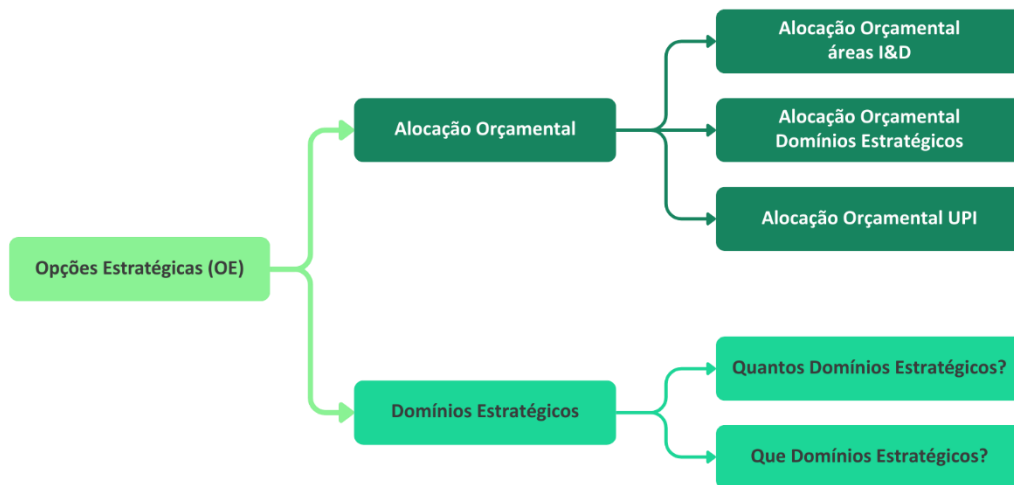


Figura 4 - 2ª fase – Identificação de Opções Estratégicas – sequência de atividades

6.3. Avaliação de oportunidades e riscos de Opções estratégicas

O Quadro de Avaliação Estratégica definido em 6.1 é a ferramenta de avaliação das oportunidades e riscos das opções estratégicas identificadas em 6.2. As opções estratégicas são avaliadas por cada um dos FCD, recorrendo aos critérios de avaliação (Figura 5).

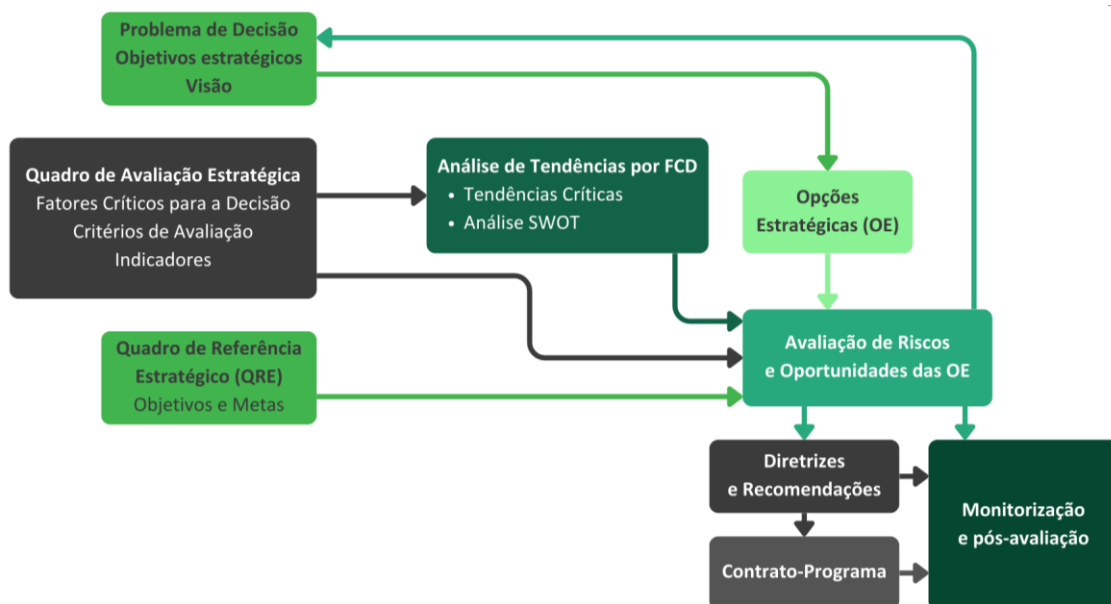


Figura 5 – 3ª fase – Avaliação de opções estratégicas – sequência de atividades

A avaliação tem por base uma análise de tendências para cada um dos FCD e critérios de

avaliação. Esta análise de tendências consiste num diagnóstico mais detalhado e tendencial relativamente ao que foi definido como prioridade na avaliação. Na análise de tendências procura-se entender o comportamento e a influência das grandes forças de mudança na evolução dos temas em causa, a capacidade de cumprimento das macropolíticas do QRE, bem como analisar o comportamento tendencial dos FCD e critérios face à visão e ao objetivo que se pretende atingir.

Na análise de tendências dever-se-á ter em consideração:

- **Potencial futuro:** exercícios de prospetiva científica, tecnológica e económica (ex: “Portugal 2050: Cenários e Visão” desenvolvido pelo PLANAPP).
- **Evidências de impacto:** resultados e impactos científicos, tecnológicos, económicos e sociais de programas anteriores.
- **Práticas internacionais:** *benchmarking* (UKRI/RU, SPRIND/Alemanha, DARPA/EUA, NRF/Singapura, Nova Zelândia, Research Ireland/Irlanda, Países Baixos), União Europeia (Horizonte Europa - ERC, Pilar II, EIC), Dinamarca, Finlândia.

Os resultados do desenvolvimento de cenários/*benchmarking* internacional são analisados de forma cruzada com os objetivos e metas identificados no quadro de referência estratégica, por forma a permitir responder à pergunta: como deverá ser efetuada a alocação orçamental plurianual da AI² e quais as opções estratégicas que melhor contribuem para os objetivos nacionais? Que peso devem ter e quais devem ser os domínios estratégicos?

A avaliação resulta também do processo contínuo de participação pública, que inclui não apenas os comentários realizados na página digital, mas também os resultados das mesas temáticas. A avaliação conclui-se com a enunciação de diretrizes e recomendações, ou orientações para o contrato-programa que se venha a estabelecer.

6.4. Plano de monitorização e avaliação ex-post

A metodologia de avaliação estratégica prevê o desenvolvimento, em fase subsequente, de um sistema de monitorização e indicadores, a integrar no contrato-programa plurianual da AI², com o objetivo de acompanhar a execução das decisões estratégicas e apoiar processos

de aprendizagem, prestação de contas e eventual revisão estratégica, no quadro do objeto da presente avaliação estratégica (Figura 6). Este sistema será desenvolvido de forma progressiva e ajustada à arquitetura institucional da AI², ao enquadramento legal aplicável e às opções estratégicas que venham a ser adotadas ao nível das áreas de I&D, dos domínios estratégicos e da UPI.

Identificam-se os seguintes princípios gerais e requisitos mínimos:

- Em termos gerais, o sistema deverá permitir medir o desempenho da AI² e acompanhar a execução do contrato-programa, apoiar processos de avaliação contínua e avaliação *ex-post*, informar eventuais ajustamentos ou revisões estratégicas, e assegurar transparência, qualidade dos dados e rastreabilidade dos resultados.
- A definição dos indicadores de desempenho da AI² e das métricas a considerar na avaliação do cumprimento do contrato-programa deverá ter em conta as opções ao nível da alocação orçamental e a diversidade de domínios, bem como diferentes horizontes temporais, e refletir de forma equilibrada toda a cadeia de valor do sistema nacional de investigação e inovação, podendo incluir indicadores de desempenho, de resultado e de impacto. A título meramente ilustrativo, os indicadores poderão abranger diferentes dimensões de impacto como a criação de valor social e económico, incluindo efeitos territoriais, ou ainda impactos regionais, como o reforço de capacidades científicas e tecnológicas nas regiões, o alinhamento com prioridades RIS3/S3 e a criação de valor territorial resultante da articulação entre ciência, inovação e tecido socioeconómico. Uma vez que estes efeitos dependem também de fatores externos à atuação da AI², a avaliação deve centrar-se na contribuição específica da agência para os mesmos.
- Deve ainda ser definida a frequência de recolha e reporte dos indicadores, de modo a permitir a realização de uma monitorização contínua e de avaliações periódicas que possam desencadear ações corretivas ou revisões estratégicas, quando adequado.
- A operacionalização do sistema – incluindo indicadores, fontes de dados, responsabilidades institucionais, mecanismos de reporte e divulgação – será concretizada em momento posterior, no quadro do contrato-programa da AI².

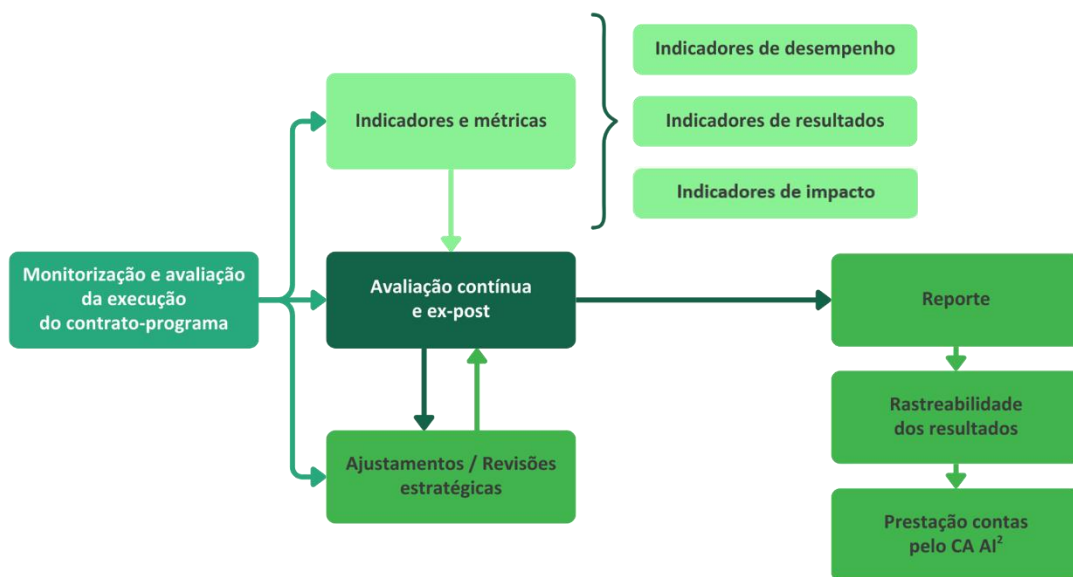


Figura 6 – 4ª fase – Monitorização e avaliação *ex-post* – sequência de atividades

7. Operacionalização

7.1. Governança do projeto

- Coordenação global pelo PLANAPP, em articulação com a DGE e DGEPA.
- **Equipa de projeto**, coordenada pela Professora Doutora Maria do Rosário Partidário e elementos do PLANAPP, DGE e DGEPA, bem como elementos dos gabinetes dos Secretários de Estado da Economia e da Ciência e Inovação, e ainda da FCT e da AI² que irão contribuir para realizar diagnósticos estratégicos, análises de tendências e avaliação de opções estratégicas, bem como facilitação de mesas temáticas.

7.2. Comissão de Acompanhamento

Constitui-se uma Comissão de Acompanhamento (CA) com elementos de referência da comunidade científica e de inovação, garantindo equilíbrio entre académicos e empreendedores de base tecnológica, e individualidades com experiência profissional internacional: Ricardo Reis (London School of Economics) que assume a coordenação, Ana Casaca (Conselho Europeu de Inovação), Evelyn Wang (Massachusetts Institute of Technology - MIT), Fernanda Leite (University of Texas at Austin), Gonçalo Quadros (Critical Software SA), José Fonseca Moura (Carnegie Mellon University) e Luis Portela (Fundação Bial).

A CA terá como atribuições:

- Emitir pareceres sobre o desenho e a implementação da metodologia de avaliação estratégica.
- Acompanhar a implementação do processo de avaliação estratégica e emitir pareceres nas suas diferentes fases.

A CA exerce as suas funções de forma independente e com natureza consultiva, sem prejuízo da relevância estratégica dos pareceres emitidos no contexto da Reforma do Sistema Científico e de Inovação.

Os membros da CA têm acesso a toda a informação e documentação relevante para o exercício das suas funções, podendo participar em reuniões, sessões de trabalho e demais

ações relacionadas com o processo de avaliação estratégica, sempre que tal se revele necessário.

Para cumprimento da sua missão, e consoante as matérias em discussão em cada momento, a CA pode ainda consultar e solicitar, a todo o momento, a participação de membros do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), de peritos e representantes dos setores da ciência e da inovação ou de outras entidades públicas ou privadas, associações, especialistas académicos ou outras personalidades ou entidades da sociedade civil de reconhecido mérito. A interação com os peritos da OCDE e *steering committee* que acompanham a implementação da reforma em curso no Ministério da Educação, Ciência e Inovação constitui também uma mais-valia, com benefícios para todo o SNCTI.

7.3. Entregáveis

- Documento com a **metodologia de avaliação estratégica da alocação orçamental da AI² e definição dos domínios estratégicos**, incluindo um processo de diálogos públicos.
- **Relatório de FCD**, incluindo o quadro de referência estratégico, o quadro de avaliação estratégica e a proposta do perímetro dos diálogos estabelecido pelos temas-chave e pelo quadro problema, e que vão ser objeto de diálogos.
- **Opções estratégicas** para a definição da alocação orçamental plurianual e de domínios estratégicos.
- **Resultados da avaliação estratégica das oportunidades e riscos, e recomendações.**
- **Proposta de plano de monitorização e avaliação ex-post.**
- **Proposta preliminar** da alocação orçamental das áreas de I&D, dos domínios estratégicos e da UPI da AI², e de definição dos domínios estratégicos, e respetiva justificação.
- **Relatório com a proposta final**, já considerando a pronúncia do CNCTI, do Conselho Consultivo Científico e Conselho de Administração da AI², tendo em vista contribuir para o contrato-programa da AI² e carta de missão.
- **Relatório de consulta pública** com a análise qualitativa e quantitativa dos contributos recebidos nos diálogos públicos, com apoio de ferramentas de IA, se aplicável.



8. Cronograma

Quadro 2 - Cronograma de atividades

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Definição de Metodologia												
Ronda 1 de recolha de contributos												
Ronda 2 de recolha de contributos												
Lançamento da página digital e plataforma Consider.iT												
Entregável: Documento com a metodologia de avaliação estratégica												
Focagem Estratégica												
Quadro de referência estratégico												
Quadro de governança												
Perímetro de discussão												
Entregável: Relatório de FCD, com o QRE, o quadro de avaliação estratégica e a proposta do perímetro dos diálogos												
Opções Estratégicas												
Identificação das opções estratégicas												
Análise Tendências (estudos prospetivos, resultados de programas anteriores, <i>benchmarking</i>)												
Entregável: Opções estratégicas para a alocação orçamental e a definição de domínios estratégicos												
Avaliação das oportunidades e riscos das Opções Estratégicas												
Entregável: Resultados da avaliação das oportunidades e riscos, e recomendações												
Monitorização e Avaliação ex-post												
Entregável: Proposta de plano de monitorização e avaliação ex-post												
Diálogos												
Página digital												
Plataforma Consider.iT												
Mesas temáticas - Lisboa e/ou online												
Reuniões com entidades - online												
Iniciativas <i>bottom-up</i>												
Workshop Focagem - Funchal												
Workshop Focagem - Évora												
Workshop Focagem - Coimbra												
Workshop Focagem - Bragança												
Workshop Focagem - Porto												
Workshop Opções e Avaliação - Ponta Delgada												
Workshop Opções e Avaliação - Aveiro												
Workshop Opções e Avaliação - Covilhã												
Workshop Opções e Avaliação - Braga												
Workshop Opções e Avaliação - Faro												
Conferência apresentação - Lisboa (Técnico Innovation Center)												
Apresentação preliminar dos resultados (incluindo auscultação do Conselho Consultivo Estratégico, Conselho Consultivo Científico e Conselho de Administração da AI ²)												
Conferência final - Lisboa												
Relatório final												
Análise dos contributos												
Entregável: Relatório preliminar												
Entregável: Relatório final												



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ECONOMIA E COESÃO
TERRITORIAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Entregável: Relatório da consulta pública

Aprovação RCM e assinatura contrato programa AI²

ANEXO 1 – Lista de entidades/individualidades que enviaram contributos à proposta de metodologia

- ACL - Academia das Ciências de Lisboa
- Anabela Raymundo (GT Lei Ciência)
- ANICT - Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia
- Associação Portuguesa para a Gestão de Ciência
- CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
- CC-RNIE - Conselho Coordenador do Roteiro Nacional das Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico
- CLA - Conselho dos Laboratórios Associados
- CNCTI - Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
- CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, ISCTE-IUL (também enviou parecer autónomo), Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade Nova de Lisboa (também enviou parecer autónomo), Universidade do Minho, Universidade de Lisboa, Universidade Aberta)
- CTI Alliance
- Direção-Geral de Estudos, Planeamento e Avaliação (DGEPA) do Ministério da Educação, Ciência e Inovação
- FCoLAB - Fórum dos Laboratórios Colaborativos
- Instituto Politécnico de Leiria
- ISCTE
- LA INOV4 Agro
- Luísa Figueiredo (Membro do conselho científico da FCT)
- Madalena Alves (FCT e GT Lei Ciência)
- Pedro Freitas (IST)
- Pedro Magalhães (GT Lei Ciência)
- Pedro Pita Barros (GT Lei Ciência)
- Portuguese Association of Researchers and Students in the United Kingdom
- SPOT Nordic
- Startup Portugal
- TecParques - Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia
- Universidade da Madeira



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ECONOMIA E COESÃO
TERRITORIAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

- Universidade de Lisboa
- Vera Aldeias (GT Lei Ciência)

ANEXO 2 – Quadro de Governança - Listagem

Categoria	Agente
Governo da República Portuguesa	Ministério da Economia e da Coesão Territorial Ministérios da Educação Ciência e Inovação Outras áreas governativas
Governos das Regiões Autónomas	Governo da Região Autónoma dos Açores Governo da Região Autónoma da Madeira
Administração Pública	Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP) Direção-Geral da Economia (DGE) Direção-Geral de Estudos, Planeamento e Avaliação (DGEPA) Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN) Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI) Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (Ad&C) Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI) Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) Programa Temático Inovação e Transição Digital - Compete 2030
Setor empresarial do Estado	Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E. (AI ²) Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) Grupo Banco Português de Fomento
Coordenação regional e poder local	Comunidades intermunicipais (CIM) Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Ensino superior	Universidades Institutos politécnicos Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP)
Outras entidades científicas do SNCTI	Unidades de Investigação & Desenvolvimento Laboratórios Associados Laboratórios do Estado Infraestruturas de Ciência e Tecnologia Centros Académicos Clínicos
Estruturas de interface e transferência do SNCTI	Laboratórios Colaborativos Centros de Tecnologia e Inovação TestBeds Zonas Livres Tecnológicas Digital Innovation Hubs Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia Gabinetes de Transferência de Tecnologia das universidades (TTO)

Estruturas de Empreendedorismo e Mercado	Parques de Ciência e Tecnologia
	Incubadoras
	Aceleradoras
	Associações empresariais (CIP, COTEC, etc)
	Startup Portugal - Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo
	Clusters de Competitividade
	Empresas inovadoras, PME e grandes empresas
	Portugal Ventures
	Venture Studios
Outras entidades representativas nacionais	Conselho de Laboratórios Associados (CLA)
	Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado
	Fórum dos Laboratórios Colaborativos (FCoLAB)
	Aliança Portuguesa de Centros de Tecnologia e Inovação
	Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT)
	Associação Portuguesa de Parques de Ciência e Tecnologia (TecParques)
	Associação Portuguesa para a Gestão de Ciência
Outras entidades científicas	Academia das Ciências de Lisboa
	Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica
Comunidade internacional	Redes internacionais e programas europeus (Horizon Europe, EIC, EIT)
	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
	Science Europe
	Comunidade científica internacional (ex.: Portuguese Association of Researchers and Students in the United Kingdom, Portuguese American Postgraduate Society, SPOT Nordic e outros)
Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho	Conselho Consultivo Estratégico (CNCTI)
	Conselho Consultivo Científico da AI ²
	Conselho Económico e Social (CES)
	Conselho Coordenador do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (CC-RNIE)
	Comissão de Acompanhamento Estratégico da Missão Interface (IMSMC)
	Conselhos Científicos da FCT, I. P.
	GT para a revisão da Lei da Ciência
Peritos/especialistas	Peritos nacionais
	Peritos internacionais
	Grupos profissionais específicos (ex.: investigadores doutorados, gestores de ciência, empreendedores)
Cidadãos e sociedade civil organizada	Cidadãos
	Sindicatos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ECONOMIA E COESÃO
TERRITORIAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

	ONG sociais e ambientais
--	--------------------------



REFERÊNCIAS

Partidário, M. R. (2021). Strategic thinking for sustainability. Chapter 4. In T. Fischer & A. Gonzalez (Eds.), *Handbook of Strategic Environmental Assessment* (pp. 41-57). Earthscan, London.

Vergragt, P. J., & Quist, J. (2011). Backcasting for sustainability: Introduction to the special issue. *Technological Forecasting and Social Change*, 78(5), 747-755.

<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.03.010>



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**ECONOMIA E COESÃO
TERRITORIAL**



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO